



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 25/14, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Q

W

W

W

W

W

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sra. Vice-Presidente da Câmara, Dra. Ana Paula dos Santos Faria Neves
Sr. Vereador, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Cátia Soraia Santos Figueiredo
Sra. Vereador, Prof. José Manuel da Costa Pires de Moura
Sr. Vereadora, Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto
Sra. Vereadora, Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Pelas 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período da ordem do dia.

Em virtude da Secretária das Reuniões de Câmara, se encontrar ausente, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento, que a presente reunião será secretariada pelo Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, André Hélio Fonseca Correia, em substituição da Coordenadora Técnica, Maria José Mendes Dias das Neves.

A Câmara tomou conhecimento.

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL/3.º TRIMESTRE DE 2014 –



CÂMARA MUNICIPAL

ALÍNEA A). N.º 1 DO ART.º 12.º DA LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO:

O Senhor Presidente, iniciou a sua intervenção, esclarecendo que houve um lapso aquando da redação do documento, pelo que esclareceu que onde está reproduzido, na página 12, que houve uma redução de 59% na redução de pagamentos em atraso, deve ler-se 40,91%.

Referiu, no seguimento do reportado na última reunião, que o Município de Tábua ficou muito próximo do limite do endividamento, no entanto e no presente momento, tal desiderato foi alcançado devido ao facto de se terem liquidado empréstimos com amortizações. Informou, de seguida, que dois empréstimos irão terminar no mês de dezembro e que foi amortizado, na Caixa de Crédito Agrícola, o valor referente ao trimestre do Saneamento Financeiro.

Mencionou, que no início do ano o Município tinha cerca de 900.000,00€ de excesso de endividamento, sobre o qual teria de se obter uma redução de 10%, e em junho, já se tinha reduzido cerca de 70%, conforme se pode verificar no relatório do Revisor Oficial de Contas e Relatório Semestral do Saneamento Financeiro.

Afirmou, que relativamente à elaboração deste documento e uma vez que o Dr. Fonseca Ribeiro deixou de prestar serviço ao Município de Tábua, teve a preocupação de apresentar o relatório com a maior celeridade quanto possível aos Senhores Vereadores, visto ter terminado o 3.º trimestre e os dados estarem disponíveis para o efeito.

O Senhor Presidente da Câmara, afirmou que a trajetória continua a ser em sentido favorável, no que diz respeito à redução do endividamento e responsabilidades.

Esclareceu, que se não tivermos pagamentos em atraso e excesso de endividamento, este executivo conseguirá gerir de outra forma, o que será benéfico para todos, nomeadamente no capítulo da realização orçamental e da execução de obras.



CÂMARA MUNICIPAL

A Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, no uso da palavra, fez referência ao último parágrafo da página n.º 2 e início da folha n.º 3 "...e no que se refere à Monitorização e acompanhamento, todos os municípios aderentes deverão ainda incluir no relatório de conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.", questionando o Senhor Presidente da Câmara, se este anexo não se encontra em falta.

Referiu, que na página 9 na evolução dos recursos humanos, aparecem os meses de janeiro, março, setembro e dezembro, não existindo o mês de junho, que em sua opinião deveria ser adicionado.

Ainda no uso da palavra, a Senhora Vereadora, referiu que na página 10 no quadro "Dívida Total Excluindo Orçamentais", não existe informação sobre a que se refere os valores apresentados em cada uma das linhas.

Sugeriu, que fosse colocada uma nota genérica, fazendo referência às alterações orçamentais realizadas, em todos os quadros onde apareça orçamento, como por exemplo nas páginas 5 e 8, de forma a tornar mais clara a informação.

Questionou, relativamente à frase "Salienta-se o facto da execução do IMI, à data de setembro, ultrapassar o valor anual previsto no PSF." na página 10, se tal facto agrava a diferença.

A Senhora Vereadora, sugeriu ainda, que os quadros, onde estão presentes os valores de orçamento, devem estar uniformizados, sendo que um tem a referência a setembro de 2014, nomeadamente o da página 7 e o outro não.

Em resposta às questões efetuadas, o Senhor Presidente da Câmara, informou que o anexo referido será presente apenas na Reunião de Câmara, aquando da apresentação do relatório de conta de gerência.

Relativamente à colocação do mês de junho, o Senhor Presidente da Câmara, solicitou aos serviços que procedessem à mencionada alteração, esclarecendo, no entanto, que não existe alusão a esse mês porque o valor é igual aos meses de março e setembro.



CÂMARA MUNICIPAL

No que concerne ao quadro “Dívida Total Excluindo Orçamentais”, o Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que os valores apresentados são relativos a cada trimestre, mas concorda que para prestar uma informação mais clara, as datas presentes no quadro anterior, devem ser reportadas também neste quadro, pelo que solicitou a sua alteração.

Referiu, que a sugestão da nota genérica não faz grande sentido, visto que o orçamento não pode ser interpretado de outra forma, porque produz efeitos a 30 de setembro.

Esclareceu, no que diz respeito à frase da página 10, que tal facto não agrava a diferença, no entanto, este valor de orçamento é muito superior ao que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro para 2014, tendo em consideração das verbas recebidas pelo IMI.

Quanto à sugestão apresentada sobre a uniformização dos quadros, o Senhor Presidente da Câmara, solicitou que fosse retirado a data de setembro de 2014, no quadro da página 7.

O Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, relativamente à sugestão apresentada da nota genérica, referiu que esse reparo fosse somente mencionado na Ata da Reunião de Câmara, até porque foi esclarecido que todo o documento e informação constante, relativamente ao orçamento, comporta todas essas alterações, reportando-se a 30 de setembro de 2014, não havendo necessidade de alterar o documento.

Reforçou, o esforço que foi realizado na elaboração do presente documento e salientar que ao fim de três trimestres procedeu-se a uma redução de 924.000,00€, e que isso reflete não só a questão dos pagamentos dos dias em atraso, que num ano foi reduzido em 124 dias, mas também o facto de termos ficado a 4.897,00€ do excesso do limite de endividamento.

Deliberação n.º 365 – Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, o Relatório de acompanhamento respeitante ao 3.º trimestre do ano 2014, relativo ao Plano de



CÂMARA MUNICIPAL

Saneamento Financeiro do Município de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

Analizado o documento e após prestados os esclarecimentos necessários, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido relatório trimestral, bem como submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, a fim de dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

Mais foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, remetê-lo à DGAL, de acordo com o preceituado na alínea c) do n.º 5 do art.º 59.º da citada Lei.

A presente deliberação foi aprovada, em minuta quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/ATIVIDADES MAIS RELEVANTES/GRANDES OPÇÕES DO PLANO / ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2015/NORMA DE CONTROLO ORÇAMENTAL/MAPA DE PESSOAL.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, referindo que gostaria que os Senhores Vereadores se pronunciassem sobre os documentos apresentados, estando disponível para esclarecer todas as dúvidas. Afirmou que este orçamento foi feito com muito rigor e que vai possibilitar um trabalho e investimento significativo, que o orçamento cumpre o equilíbrio exigido e que as áreas importantes continuam a ver as suas rubricas dotadas com as verbas necessárias. Que a redução do endividamento vai continuar e que teve a preocupação de enviar os documentos com antecedência para que todos os pudessem analisar.

No uso da palavra, interveio o Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, mencionando que após ter procedido a uma análise global a toda a documentação, considerou, como aspetos positivos, o aumento do orçamento em



CÂMARA MUNICIPAL

quase um milhão de euros, o que deriva obviamente do aumento das receitas, sobretudo da receita corrente.

Abordou, a questão inerente à contenção da despesa nos recursos humanos, com a diminuição de 40% em 2014 para 39,43% em 2015.

Salientou, a continua aposta no setor da educação, que neste orçamento fica com 22,82%, passando a barreira de 1 milhão de euros, bem como, o reforço das verbas nas áreas da urbanização em cerca de 10% e no comércio e turismo que no próximo ano vê um valor de 130.000,00€ atribuído.

Finalizou, a sua intervenção, referindo que este Executivo Camarário tem vindo a efetuar inúmeras amortizações nos empréstimos contraídos por Executivos anteriores, esclarecendo ainda, que treze empréstimos tinham sido efetuados antes de 2009 e dos quatro contraídos entre 2009 e 2012, três são inerentes ao PAEL e Saneamento Financeiro.

Sobre o assunto dos empréstimos apontados pelo Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, o Senhor Presidente da Câmara, acrescentou, que o PAEL e Saneamento Financeiro decorrem de responsabilidades assumidas até 2009, visto que em final de Outubro de 2009, quando tomaram posse, havida uma dívida de curto prazo que rondava os 5 milhões, assumindo deste modo, todas as responsabilidades dos executivos anteriores.

Por outro lado, informou que o Executivo tem cumprido rigorosamente todas as imposições legais, que muitos municípios não conseguem cumprir, visto que a receita corrente tem que assumir toda a despesa corrente e a obrigatoriedade de acumular as responsabilidades financeiras decorrentes das amortizações dos empréstimos.

O Senhor Vereador, Prof. José Moura, reforçou as palavras proferidas pelo Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, no que concerne à aposta clara do município na área educativa, com a disponibilização de mais de um milhão de euros, o que significa que existe obra que está e poderá ser feita.



CÂMARA MUNICIPAL

Outra ideia apresentada nestes documentos, que na sua opinião é muito importante, é o rigor do orçamento e o seu ajustamento à realidade, sem devaneios e receitas virtuais.

Mencionou, que é o orçamento possível face às receitas e disponibilidades do Município, permitindo criar uma base estável de gestão financeira.

Salientou, novamente, a questão da educação, dando como exemplo o valor apresentado, relativamente aos transportes escolares, onde se repara que existem compromissos que foram saldados, referindo esta situação como um dos aspetos positivos a salientar.

Relativamente à cultura e ao desporto, referiu que são áreas contempladas com verbas adequadas, tendo em consideração as disponibilidades do Município e que são vertentes fundamentais para o desenvolvimento social e económico, bem como, aumento da qualidade de vida.

Sobre o tema dos transportes escolares, apresentado pelo Senhor Vereador, o Senhor Presidente da Câmara informou que esses compromissos liquidados decorrem da redução do endividamento, lembrando, o acordo celebrado com a Transdev no final do ano passado, tal como outras rubricas onde temos menos dívida, até porque tem de ser reportada na totalidade, no orçamento de cada ano.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara, explicou que os valores apresentados nos transportes escolares em comparação com o ano passado, se reflete também em todas as outras rubricas da área educativa, os quais decorrem do trabalho realizado por todos e que de facto este ano, elaborar o orçamento foi mais fácil, dando como exemplo os problemas de ajustamento que se fizeram sentir no ano passado pelas dívidas existentes.

Referiu, que este orçamento realista possibilita outra forma de trabalhar, com a qual se sente mais à vontade e segurança, sem perder a preocupação, atenção e rigor, que terão de manter-se cada vez mais.

Interveio a Senhora Vereadora, Eng.^a Cátia Figueiredo, reforçando as palavras da Senhora Vereadora, relativamente à elaboração e execução do



CÂMARA MUNICIPAL

orçamento e as dificuldades apresentadas no ano transato, devido às dívidas acumuladas, exprimindo de seguida, o seu agrado pelo rigor e adequação à realidade deste orçamento.

Enalteceu, que este orçamento foi elaborado, de forma a consagrar todas as alterações que possam surgir no próximo ano, que na sua opinião, estão pensadas ou refletidas no mesmo.

No que diz respeito à área educativa, que é a segunda maior fatia das Grandes Opções do Plano, a Senhora Vereadora referiu que devemos continuar apostar na educação, porque estamos num bom caminho.

A Senhora Vereadora, disse ainda, que compreende a atribuição da quarta fatia à área da administração autárquica, esclarecendo, a necessidade de modernizar os serviços administrativos do Município, que irá aumentar a qualidade dos nossos serviços.

No que concerne à verba disponibilizada pelo Município para o Fundo de Apoio Municipal, a Senhora Vereadora, disse que apesar de não estarmos na posição de necessitar neste momento de apoio por parte deste fundo, nunca se sabe o dia de amanhã, no entanto, ainda não entendeu em que critérios e fundamentos irá ser disponibilizado o mesmo.

Em relação ao Fundo Municipal, o Senhor Presidente da Câmara referiu que nem podemos questionar esse valor, porque é uma imposição legal, cujo montante foi calculado pela DGAL, facto este que se traduz no pagamento de mais de 490 000,00€, divididos por um período de 7 anos.

Mencionou, ainda sobre o Fundo Municipal, que a solidariedade é institucional, devendo existir entre os Municípios, esclarecendo, que quem irá tirar proveito do retorno deste fundo, são os futuros elementos do Executivo Municipal no fim do prazo da liquidação integral, porque a amortização é a 20 anos, com uma taxa de juro do apoio financeiro do Estado.

No que concerne às questões orçamentais, o Senhor Presidente da Câmara, deu como exemplo o ano de 2013, onde foram realizadas 27 alterações orçamentais e num ano tão rigoroso como 2014, foram somente efetuadas 12,



CÂMARA MUNICIPAL

pelo que irá tentar com que no próximo ano o número seja inferior, tendo em consideração o rigor do orçamento e da própria gestão municipal.

No âmbito da modernização administrativa, o Senhor Presidente da Câmara, informou que irão ser instalados, três "Espaços do Cidadão", nomeadamente nas freguesias de Tábua, Midões e Mouronho. Estes espaços são sítios onde os cidadãos podem aceder aos serviços digitais disponibilizados pela Administração Central, através das autarquias, assistidos por funcionários qualificados, previamente formados.

O Senhor Presidente da Câmara destacou que com este orçamento será possível a realização de algumas obras, como a ampliação do cemitério de Tábua, que é uma necessidade absoluta e imperiosa, e para algumas necessidades rodoviárias das freguesias do Concelho.

Referiu que pretende alcançar o objetivo de chegar a 31 de dezembro com o prazo médio dos pagamentos de 90 dias, sendo que em 2013 o prazo era de 253 dias, em 2014, nomeadamente em março, de 174 dias, em julho, de 159, e em setembro, de 129, sendo um passo muito importante na gestão do Município.

Realçou, os principais aspetos do documento da Norma de Controlo Orçamental, que define claramente as responsabilidades.

Chamou à atenção, de algumas verbas presentes no orçamento, que dizem respeito a dois protocolos, um de 2007 com a Santa Casa da Misericórdia de Tábua, por causa da construção do Hospital e outro com a ACUREDEPA, para ampliação das instalações, descriminando todos os pormenores inerentes aos mesmos e das transferências dos valores em falta, bem como, o cumprimento de direitos previstos para as empresas NOVAQUI, EUROTÁBUA e ACORFATO, no âmbito da outorga dos acordos para o desenvolvimento estratégico, nomeadamente na criação de empregos.

Usando da palavra, a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, questionou o Senhor Presidente da Câmara, acerca da verba de 20 mil euros prevista para águas, os 10.000,00€ para o Jardim de Infância de Candosa, a verba prevista para o Estádio Municipal, os 500.000,00€ para a empreitada da



CÂMARA MUNICIPAL

Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua, o aumento de 96.000,00€ para 140.000,00€ de apoio aos Bombeiros Voluntários, a verba atribuída para viaturas municipais e a obra prevista para a Ronqueira, visto ter uma verba de 10.000,00€ atribuída.

Em resposta à Senhora Vereadora, o Senhor Presidente informou que as águas faturadas ao Município de Tábua terão de ser pagas e que poderão ser desenvolvidos alguns investimentos.

Relativamente ao Jardim de Infância de Candosa, explicou que a obra encontra-se em fase de acabamentos, podendo ser concluída com a compra de materiais e a colaboração do pessoal da Câmara Municipal, informando ainda, que a mesma beneficiou de uma candidatura já antiga.

Sobre a verba prevista para o Estádio Municipal, esclareceu que vão ser efetuadas algumas obras e uma possível candidatura para a implementação de uma pista de atletismo, sendo que a maior percentagem desse valor está no item da verba não definida.

No que concerne à verba da Área Empresarial, elucidou que é inerente à continuação da candidatura, devido ao facto de a obra não ser concluída até 31 de dezembro e como o investimento é cerca de um milhão de euros, vai haver verbas a pagar em 2015, motivo pelo qual tem de se reportar no orçamento.

Esclareceu, que a verba prevista para os Bombeiros é a mesma, simplesmente existem valores pendentes, que não foram pagos e são reportados no orçamento, não existindo qualquer aumento.

Quanto à verba prevista para as viaturas, explicou que chegando a janeiro é necessário proceder à compra de uma carrinha para transporte das crianças, porque a que está a ser utilizada já não reúne as condições exigidas para este género de utilização.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Ronqueira, referiu que pretende fazer um arranjo no espaço, mas neste momento existe um problema que destruiu alguns metros do muro do rio e uma parte da calçada junto ao bar, informando ainda, que existe a possibilidade de se proceder a uma candidatura,



CÂMARA MUNICIPAL

em conjunto com o Município de Arganil, para a execução de uma ponte pedonal que irá ligar as duas margens, um arranjo do açude e do espaço envolvente.

Deliberação n.º 366 – O Senhor Presidente da Câmara com a colaboração da Divisão Administrativa e Financeira, apresentou os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2015 e a Norma de Execução Orçamental, documentos que se dão por reproduzidos, focando os principais projetos e objetivos a alcançarem ao longo do próximo ano.

Colocados à votação os documentos referentes às Grandes Opções do Plano no montante global de 5.849.813,00€ (cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e treze euros), Plano Plurianual de Investimentos no montante global de 3.260.396,00€ (três milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e noventa e seis euros) e Actividades Mais Relevantes no montante global de 2.589.418,00 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezoito euros), foram os mesmos aprovados por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Colocado à votação o documento referente ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015, no montante global de 12.609.832,00 € (doze milhões, seiscentos e nove mil, oitocentos e trinta e dois euros), foi o mesmo aprovado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

No seguimento das deliberações realizadas, foi ainda deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a Norma de Controlo Orçamental.

Mais foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, remeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi aprovada, em minuta quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações n.º 367 – Pelo Senhor Presidente da Câmara, foram presentes as propostas do Mapa de Pessoal para 2015 e Regulamento Interno do Mapa de Pessoal, documentos que se dão por reproduzidos, os quais foram elaborados de acordo com os objetivos estratégicos previstos.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para 2014 deste Município.

Mais foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, remeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi aprovada, em minuta quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se aos senhores vereadores Dr. Nuno Abranches Pinto e Dr.ª Maria do Rosário a quem agradeceu o voto de confiança manifestado com a sua votação.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 12 horas.

E, eu, André Hélio Fonseca Correia, Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, servindo de Secretário, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

O Secretário,